



Capitalismo e (re) produção de opressões

O tema do atual número da revista *Argumentum* nos estimula a pensar a realidade de opressões vivenciadas pelos sujeitos na contemporaneidade. Embora diante de um processo de avanços e conquistas, nos últimos anos, dos segmentos que sofrem uma série de opressões, como as mulheres, as/os negras/os, a população LGBT, entre outros, ainda persistem falas e práticas marcadas por preconceito, discriminação e opressão de vários segmentos da classe trabalhadora. Neste caminho, uma questão é central: pensar as opressões hoje nos exige colocar no centro do debate a dinâmica das relações sociais do modo de produção e reprodução do capital, que vem agravando e perpetuando as opressões como uma questão natural da dinâmica societária. Isto implica situar o debate das opressões nos processos de produção e reprodução da sociedade burguesa. E, particularmente, de um sistema patriarcal-racista-capitalista que cotidianamente aprofunda o processo de opressões.

Nesta perspectiva, com o objetivo de destacar alguns dos debates que perpassam o tema das opressões na atual dinâmica do modo de produção capitalista, esta edição da revista *Argumentum* possibilita aos/as seus leitores/as uma diversidade de estudos sobre as diferentes opressões produzidas, reproduzidas e aprofundadas no capitalismo, contemplando não apenas o machismo e o racismo, mas também a homofobia, a transfobia, a lesbofobia, e a exigência de padrões corporais e heterossexistas. Realidade que perpassa a condição de classe trabalhadora destituída do acesso à vida no seu sentido mais amplo

Na sociedade em que vivemos observamos e vivenciamos variadas formas de opressão, entrelaçadas nas relações sociais cotidianas, nas leis produzidas pelo homem, na forma como nos organizamos socialmente, nos papéis sociais atribuídos, etc. Mas o que entendemos por opressão? Não se trata de definir um conceito, mas compreender a opressão como o que impede o ser humano de desenvolver-se plenamente, de explorar suas potencialidades, de desenvolver e expandir toda a sua capacidade criativa e transformadora, de fazer escolhas conscientes entre alternativas concretas. Na medida em que essas possibilidades não adquirem concretude na vida de mulheres e homens, a opressão expressa a negação do ser humano como ser que objetiva-se no mundo.

Refutamos desde já a ideia de que a opressão seja intrínseca a natureza humana; que sua prática é inata do ser humano; que está dada de uma mesma forma independente do contexto sócio-histórico. Neste sentido, vale ressaltar que, a opressão não é originária deste sistema, mas os artigos que nesta revista tratam de uma série de opressões mostram-nos que, neste modo de produção, a opressão se constitui de características específicas em sua configuração, forma de expressar-se e de *perpetuar-se* na realidade.

Com base nesse pressuposto consideramos que, no contexto da sociedade burguesa, as variadas formas de opressão vivenciadas pelas mulheres, negros, população LGBT, entre tantos outros segmentos, tem como ponto comum o fato de configurar-se num sistema

patriarcal-racista-capitalista marcado pelas desigualdades sociais, ou seja, trata-se de uma dimensão de classe.

Nesta perspectiva, os artigos presentes neste número trabalham diferentes aspectos das opressões no atual contexto histórico do capitalismo, de modo que possamos compreender como as opressões na contemporaneidade são indissociáveis do capitalismo e sua (re) produção, diante da centralidade do debate de classe, raça/etnia e sexo/gênero.

O primeiro artigo **Políticas para mulheres e lutas feministas: os paradoxos da proteção social**, examina os efeitos da proteção social brasileira desenhada para as relações de gênero a partir da década de 1980. Visa evidenciar os dilemas e paradoxos que atravessam as lutas e análises feministas em torno da conquista de direitos das mulheres à igualdade social, na medida em que questionam a diferença entre homens e mulheres como fundamento da realidade social. Nesta direção, as autoras problematizam algumas políticas e programas formulados no campo da saúde, educação e assistência social, bem como a trajetória das lutas feministas até a contemporaneidade. O objetivo central é refletir sobre os impactos do modelo de proteção social brasileiro nas relações de gênero, no sentido das lutas históricas pela superação das desigualdades sociais das mulheres.

Vale ressaltar o destaque das autoras no debate do *familismo* e da *feminilização* das políticas sociais que reatualizam tradicionalismos nas relações de gênero no âmbito das ações de proteção social, especialmente quanto à produção de cuidados. Na perspectiva de superação dessa lógica, o texto aponta desafios para a construção de políticas de gênero que articulem os sujeitos nas suas dimensões de gênero, sexualidades, classe, raça/etnia entre outras.

O segundo artigo **O protagonismo das mulheres nas políticas e programas sociais nos governos Dilma** problematiza a questão de gênero na realidade contemporânea, buscando verificar quais políticas e programas sociais foram defendidos nos anos de governo da primeira mulher presidenta do Brasil, o governo Dilma Rouseff (2011-2015). A autora parte do pressuposto de que por ser uma mulher na direção do país, tal governo poderia dar representatividade e visibilidade às pautas feministas. Dialogando com o debate de gênero, uma questão central no artigo é que, a direção das respostas políticas dependem da perspectiva classista adotada na condução do governo. Nesta perspectiva, o debate de gênero e classe são indissociáveis para compreender e analisar os discursos da presidenta Dilma na defesa dos programas voltados para as mulheres.

Com o intuito de analisar se tais programas se voltam para a redução das desigualdades entre homens e mulheres, com princípios universalizantes e igualitários, ou se apenas seguem o receituário neoliberal de delegar aos próprios sujeitos a superação da desigualdade e da pobreza, a autora propõe dialogar com os argumentos contidos nos discursos que a presidenta Dilma apresenta na defesa dos programas voltados para as mulheres.

O terceiro artigo intitulado **Trabalhadora não é o feminino de trabalhador: superexploração sobre o trabalho das mulheres**, como assinalam as autoras, trata do debate sobre as categorias relações sociais de sexo, patriarcado e divisão sexual do trabalho. Fruto de uma pesquisa bibliográfica, ele aborda o processo de feminização do trabalho como

imprescindível ao processo de produção e reprodução do capital nas esferas pública e privada. Na primeira esfera, o trabalho feminino caracteriza-se pela subordinação, desvalorização e superexploração;; na segunda, pela sua responsabilização no que tange às tarefas de reprodução física e manutenção da força de trabalho.

Outro aspecto que chama atenção é a apresentação do conceito de relações sociais de sexo em contraposição a relações de gênero que, segundo as autoras, apresenta-se demasiado frágil, não oferecendo os elementos necessários à compreensão das desigualdades existentes entre homens e mulheres no mundo contemporâneo.

O quarto artigo intitulado **Violência contra mulheres em grandes projetos na amazônia: mercadorização da vida no capitalismo** apresenta uma análise da relação entre a expansão capitalista na Amazônia brasileira por meio de grandes projetos e a ocorrência de violência contra mulheres. O artigo resulta de pesquisa bibliográfica e documental. O processo de expansão capitalista se sustenta numa forte aliança entre capital e Estado, tendo como principais exemplos o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da construção da UHE Belo Monte na Bacia do Rio Xingu. Segundo a autora. “Considerados eldorados econômicos no cenário de mundialização do capital, a experiência dos grandes projetos já realizados e em curso é palco de constantes expropriações, apropriações e exploração das mulheres, manifestando-se em diversos casos de violência contra mulheres”. Os dados apresentados indicam a ocorrência da apropriação sexual coletiva das mulheres naquele contexto, relevando-se a perversa imbricação entre capitalismo e patriarcado.

O quinto artigo, **Discursos sobre a adoção por casais homoafetivos no Congresso Nacional Brasileiro** resulta de uma pesquisa documental e analisa os discursos parlamentares sobre a adoção por casais homoafetivos. Os resultados apresentados revelam que a estratégia discursiva conservadora sacraliza a instituição família com vistas a impedir que o debate aconteça e que seja reconhecido o direito da vida em família à população LGBT no Brasil como um direito humano. Compreendendo que essa luta ocorre num território concreto, atravessado por interesses de classe, o autor aponta a necessidade de se estabelecer a correlação entre a emancipação política e emancipação humana também no contexto da luta LGBT.

O sexto artigo, **Juventudes encerradas: extermínio e aprisionamento segundo opressões de classe, raça e gênero**, foi escrito a oito mãos, resulta de uma pesquisa bibliográfica e trata das relações entre os sistemas de opressão de classe, raça e gênero e a vulnerabilidade e seletividade penal experimentadas pelas juventudes brasileiras. Os e as autoras adotam como pressuposto para a investigação, que os marcadores sociais de classe, raça e gênero corroboram a compreensão de que as juventudes periféricas constituem um segmento populacional passível de extermínio e aprisionamento. Dentre as diversas e complexas questões abordadas, apontam que tais marcadores aparecem como justificativas para as violações sistemáticas aos direitos humanos de uma parcela expressiva desse grupo populacional. O artigo também chama a atenção para a sua invisibilidade no conjunto das políticas públicas.

O sétimo e último artigo **Educação ambiental e mediação de conflitos neopentecostais no Parque Nacional da Tijuca** busca analisar os conflitos e estratégias de enfrentamento envolvendo o uso público religioso neopentecostal em áreas do Parque Nacional da Tijuca. Neste contexto, os autores problematizam como o recente processo de reconfiguração das cidades brasileiras, em especial o Rio de Janeiro, vem aprofundando estratégias de uso e gestão das unidades de conservação ambiental através das parcerias público-privado, que ao cabo indicam a privatização dos bens da natureza. Nesta direção, a natureza é uma mercadoria voltada para o atendimento das demandas do mercado turístico, ou seja, para fins econômicos e aqueles que têm poder de compra. No artigo os autores problematizam e desmistificam as relações de conflitos de classe e opressão que perpassam o uso público religioso neopentecostal em áreas do Parque Nacional da Tijuca (PNT).

Na sessão debates deste número destacamos as relações estabelecidas pelas autoras entre as opressões de gênero, sexual e racial na perspectiva da totalidade, destacando o entrelaçamento entre a constituição e sociabilidade da sociedade capitalista e essas formas de opressão.

O compromisso da revista *Argumentum* com a reflexão sobre as múltiplas expressões dos atuais desenvolvimentos da sociedade capitalista e as respostas construídas pela sociedade e pelo Estado, se manteve neste número em todas as sessões, proporcionando a todas e todos os leitores interessantes reflexões tanto sobre o tema central, como sobre temas que emergem no atual contexto.

Gilsa Helena Barcelos
Silvia Neves Salazar